

PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO, UMA ABORDAGEM PRELIMINAR DAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO

OZANNA HANNESCH¹



Resumo

O artigo apresenta alguns marcos na trajetória dos arquivos até o seu reconhecimento como patrimônio documental, fazendo uma relação com as políticas e práticas da conservação de documentos. O tema é desenvolvido por meio de uma análise realizada a partir da literatura arquivística e das discussões e recomendações sobre a proteção dos bens culturais, publicadas entre os séculos XIX e XX, e disseminadas em nível internacional por profissionais e organizações. Como resultado, apresenta que a Arquivologia percebida de forma inter e transdisciplinar, mediante os cuidados e atenção com os aspectos da materialidade (documento-informação) e da imaterialidade (representação-contexto), possibilita a inclusão dos documentos de arquivo como patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Documental. Conservação de Arquivos. Preservação de Arquivos. Salvaguarda Documental.

Abstract

The article presents some milestones in the trajectory of the archives until their recognition as documentary heritage, making a relationship with the policies and practices of document conservation. The theme is developed through an analysis carried out from the archival literature and from the discussions and recommendations on the protection of cultural assets, published between the 19th and 20th centuries, and disseminated internationally by professionals and organizations. As a result, it presents that Archivology perceived in an inter and transdisciplinary way, through the care and attention with the aspects of materiality (document-information) and immateriality (representation-context), allows the inclusion of archival documents as cultural heritage.

Keywords: Documentary Heritage. Conservation of Archives. Preservation of Archives. Documentary Safeguard.

Introdução

Apesar de hoje (2020) os documentos de arquivo terem seu reconhecimento como patrimônio cultural, eles não possuem o apelo dos monumentos de ‘pedra e cal’ nem tão pouco das obras de arte. Tal condição se deve ao fato de os arquivos serem sempre valorizados por sua informação administrativa e histórica, sendo muitas vezes radicados nos trâmites burocráticos e jurídico-legais ou tratados ainda e apenas como memórias auxiliares à gestão e consolidação governamental. Por certo, parte do

¹ Doutoranda em Conservação e Restauração na Universidade Católica Portuguesa (UCP). E-mail: ozana@mast.br.



elemento fundamental da noção de documentos de arquivo ainda é, por essência, ser evidência de um fato, fenômeno ou atividade humana, embora na segunda metade do século XX, enquanto patrimônio cultural, lhe foram agregados novos aspectos qualificativos (atributos de valor). Esta circunstância foi incorporada por meio das adjetivações que recebe o patrimônio em razão de sua classificação como histórico, artístico, científico, religioso, cultural etc., e no âmbito de sua representação: individual, coletiva, institucional, local, regional, nacional, mundial. Os reflexos das instituições de memória resvalaram no aporte de atributos aos acervos arquivísticos.

O embrião dessa mudança de olhar teve sua origem em dois grandes movimentos do final do século XIX, que contribuíram para ampliar os limites do conceito de patrimônio cultural de tal maneira que modificaram também a potencialidade de uso dos arquivos e a sua inserção no âmbito das políticas culturais durante o século XX: 1) a utilização da informação em todos os níveis (ultrapassando seu caráter puramente administrativo e histórico); e 2) a crítica à história positivista fundada em documentos que se impõe por si próprios, e que favoreceu o uso de outras fontes informativas (LE GOFF, 1984, p. 96). Nesse universo contribuiu o crescimento exponencial das novas formas de registro da memória individual e coletiva (meios fotográficos, sonoros, ópticos, eletrônicos e digitais), que passaram a permear todas as atividades humanas, bem como a ampliação do conceito de cultura, disseminado pela Antropologia. Em acréscimo, verifica-se a constatação da ‘finitude’ dos suportes, o medo do esquecimento, o reforço de identidades e o desejo de lembrança. Esses elementos de mudança tiveram papel fundamental nas práticas e teorias no campo disciplinar arquivístico, e na necessidade de incorporar conhecimentos de conservação na formação e capacitação dos profissionais que atuam em arquivos.

Fato é que o tema patrimônio arquivístico foi pouco explorado tanto na literatura da área de Conservação quanto na de Arquivologia. Uma das razões para isto é que apenas nas duas últimas décadas do século XX os documentos textuais, impressos, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais, e os multimeios ganharam um olhar mais abrangente de valorização no contexto das ações de conservação do chamado patrimônio cultural em nível mundial. Isto ocorreu também na esfera dos governos, em especial, nas políticas públicas nacionais de diferentes países, através da atuação de organismos internacionais como a ONU e a UNESCO.

Este artigo é parte de um estudo realizado no âmbito do mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO, realizado em 2013. Como particularidade deste



texto se dá destaque à identificação das práticas que nortearam a preservação de documentos arquivísticos em suporte de papel a partir do século XIX. Assim, a contribuição da pesquisa se refere às ações de conservação dos arquivos, relacionando-as ao campo disciplinar da Arquivologia e ao reconhecimento desses acervos como categoria do patrimônio documental. Tal perspectiva implica na compreensão de atividades e do papel desempenhado pelos arquivos no âmbito da representação, que lhes inseriu definitivamente no contexto do patrimônio cultural.

Os marcos da preservação do patrimônio arquivístico

Entre o final do século XVIII e início do século XIX se propagam as primeiras legislações em países europeus sobre proteção de acervos arquivísticos dentro de uma base teórica ainda embrionária e decorrente de motivações distintas. Identifica-se na transição da perspectiva patrimonial-administrativa para a ênfase na perspectiva historicista-social, uma mudança de paradigma que irá se refletir nas práticas e na formulação teórica da Arquivologia (COOK, 1997, p. 14, 28), bem como na inserção definitiva da preocupação com a conservação dos documentos nos arquivos.

A primeira legislação de proteção de patrimônio cultural em âmbito de governo surge com a Revolução Francesa, com os ideais *liberté, égalité, fraternité* sob a ‘bandeira’ da cidadania. Segundo Silva e colaboradores (2002, p, 100), as mudanças formam parte de um processo “atravessado por um verdadeiro terremoto político e cultural, que deitou por terra os alicerces do Antigo Regime, na generalidade dos países europeus e com reflexo na própria América”. Para Gagnon-Arguin (1998, p. 31), a perspectiva de novo uso político do arquivo se traduziu tanto na capacidade de criar a partir dele uma identidade nacional como nos argumentos de fornecer garantias de livre acesso ao cidadão de toda informação custodiada, enfatizando ser esta uma missão importante dos governos.

No campo arquivístico a mudança que ocorreu pode ser resumida em três realizações importantes: a primeira, a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; a segunda, o estabelecimento do princípio do seu acesso público; e a terceira, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor que são do passado (SCHELLENBERG, 1974, p.5). Gagnon-Arguin (1998, p. 31) indica que o surgimento do nacionalismo e do movimento Romântico proporcionou ao documento um tratamento de valor testemunhal (evidência)



na concretização de “(re)construção” da história. Houve uma revalorização da pesquisa em fontes originais, com foco no entendimento do contexto de sua produção. Essa valorização dos documentos gerou frutos para a criação da *École de Chartes* (fundada em fevereiro, 1821), que tinha como um dos seus objetivos a formação e capacitação de profissionais para atuar nos documentos de arquivo e de biblioteca. Para Silva e colaboradores (2002, p. 114 e 216) é na segunda metade do século XIX que os arquivos passam a ser identificados como “laboratórios da história”, e a Arquivologia passa a figurar como uma disciplina auxiliar. A aproximação com a disciplina História trouxe uma revitalização à compreensão dos arquivos como instrumento de ligação com o passado, embora a construção histórica utilizada fosse de valorização dos grandes personagens e eventos comemorativos, no intuito de construir e reforçar em muitos países a identidade da nação.

Entretanto, o método histórico não reduziu a matriz jurídico-administrativa dos arquivos, ao contrário, agregou novas perspectivas ao que se chamou de Arquivística. Segundo Gagnon-Arguin (1998, p. 34) o papel do arquivo foi reforçado como construtor de memória, não aquela necessária ao uso imediato, mas a que seria útil para uso futuro. Tal circunstância apresenta uma visão do arquivo como elo do passado e futuro. Assim, as práticas arquivísticas do final do século XIX incorporaram as relações do passado, presente e futuro por meio dos movimentos de conformação dos arquivos como resultado da seleção objetiva ou subjetiva, reflexo de um indivíduo, grupo, sociedade ou cultura. Esse entendimento atinge seu auge quando os arquivos são incorporados definitivamente e reconhecidamente ao conjunto de patrimônio da humanidade, numa visão integral que acontece a partir da segunda metade do século XX. Deste modo, o patrimônio cultural incorpora o patrimônio arquivístico, constituído como um patrimônio documental.

A práxis arquivística na preservação dos documentos

Na França de então, o documento de 18 de Brumário, publicado em 9 de novembro de 1789, instituiu o patrimônio cultural francês. E na Assembleia Nacional constituída em 12 de setembro de 1790, se cria o arquivo nacional francês, o qual estabelece a Lei de 7 Messidor ano II, de 25 de junho de 1794, que organiza uma rede de arquivos e um depósito central de documentos (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 33-34). A centralização administrativa de documentos governamentais, e também daqueles



de interesse do Estado, evidenciou nos arquivos os problemas de uma incorporação compulsória e de reunião de diferentes arranjos e classificações de documentos sob responsabilidade de uma mesma instituição.

Na Inglaterra do século XIX, Schellenberg (1974, p. 5) aponta que a institucionalização do *Public Record Office* – PRO, em 14 de agosto de 1838, ocorreu por motivações de ordem administrativa e cultural. A partir dele, iniciaram as primeiras ações de mapear a situação dos arquivos ingleses, com a identificação de problemas não apenas referentes à segurança, mas também à conservação. Durante o século XIX, os Estados Unidos seguem o exemplo inglês. Por este motivo é possível afirmar que essas iniciativas foram resultado do reconhecimento da importância histórica dos arquivos e, nos EUA, isso se caracterizou por uma particularidade: a criação, entre os anos de 1800 e 1850, de inúmeras sociedades e associações históricas. Segundo Schellenberg (1980, p. 21-22), essas instituições promoveram a valorização de documentos públicos e privados através de uma atuação na constituição de arquivos das próprias entidades, bem como no incentivo à publicação de guias, repertórios e inventários. A partir da centralização e criação de instituições representativas surgem os primeiros problemas de preservação relacionados ao volume e, posteriormente, ao acesso.

No caso dos documentos em depósito, em função das grandes massas documentais acumuladas² compulsoriamente, se observaram problemas quanto à ausência de fundamentação e critérios de organização que considerassem o contexto de acumulação de cada arquivo na sua forma original. Como solução para este problema, em 1841 se implementa na França um novo caminho metodológico: o princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência (pertinência, cf. GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 49), que vem de encontro às junções de arquivo utilizadas até então. Segue-se a esse embate, em 1867, o princípio do respeito à ordem original³, que propunha um novo procedimento: considerar a ordem de acumulação natural dos documentos para estabelecimento do plano de classificação do conjunto documental.

Estes recursos metodológicos se dirigiram mais à garantia do acesso e consulta; contudo, refletiram na preservação do arquivo, posto que os documentos seriam mantidos dentro do contexto em que foram criados e não como itens individualizados.

² O conceito de massa documental refere-se ao conjunto de documentos de grande proporção, sem qualquer tipo de tratamento ou preocupação quanto à sua organização, e que estão depositados em áreas, galpões, porões, corredores etc. para atender à legislação ou que foram guardados pelo zelo de funcionários.

³ Este princípio foi introduzido por Francesco Bonaini em 1867 (Ribeiro, 1998, p. 27).



Essa condução pode ser observada nas preocupações relatadas pelo manual dos arquivistas holandeses (MANUAL, 1973). Assinala-se que neste momento a noção de preservação ligada aos arquivos se configurou na manutenção do contexto da produção orgânica dos documentos (cuja importância e valoração foram se tornando cada vez mais claras), e não mais na reunião de um conjunto de documentos per se (rearranjados, por exemplo, por outros métodos como o tipológico). Neste sentido é possível perceber o quanto esses princípios valoraram a representação do conjunto de documentos arquivísticos, não apenas como reflexo de uma estrutura (orgânica), mas como vestígios de uma realidade retratada, seja ela objetiva ou idealizada. Essa perspectiva conforma o simbólico do arquivo.

Para Silva e colaboradores (2002, p. 122) a aplicação desses princípios arquivísticos não foi adotada completamente, sendo possível encontrar conjuntos de documentos que seguiram uma classificação temática. O exemplo disso pode ser observado quando instituições arquivísticas de diferentes países passam a privilegiar a organização física de seus documentos através de métodos como o cronológico (por ordem de data) e o tipológico (por tipo de documento – por exemplo: correspondências, ofícios etc.). Essas ações foram reforçadas nos documentos em fase corrente de forma mais ampla. Por esse motivo, vários autores afirmam que durante o século XX o arquivo de uso corrente se distanciou da forma natural de acumulação para se tornar um serviço especializado, cuja função foi fazer acessível qualquer informação a quem a procure (SCHELLENBERG, 1974; SILVA *et al.*, 2002; ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

O final do século XIX marcou também uma nova forma de administração dos arquivos: aquela que buscava acompanhar uma visão crítica da história (LE GOFF, 1984). Essa nova circunstância se apresenta quando a Historiografia se emancipa das suas fontes tradicionais, e os intelectuais e acadêmicos passam a utilizar novos tipos de documentos para reflexão e crítica sobre as políticas públicas e a sociedade. Essa situação ocorre sobretudo após o advento da *École des Annales*⁴ e a incorporação de disciplinas como a estatística, a sociologia, economia, entre outras nesse campo (LE GOFF, 1984, p. 102, 104; SILVA *et al.*, 2002, p.124-25). Nos arquivos esta fase vai

⁴ Marota (1991, p. 9, 11, 16 e 35) afirma que as transformações ocorridas no século XIX foram radicais nos aspectos teórico-metodológicos de todas as ciências ainda apoiadas na exatidão positivista. No caso da História, a perspectiva historiográfica é alterada a partir da Escola Francesa, com a publicação da Revista Internacional *Annales*, cujos fundadores, Marc Block e Lucien Febvre, trabalham numa linha mais holística, que busca um olhar mais abrangente da sociedade ao tratarem do cotidiano, dos desprovidos de posse etc.



repercutir em uma crise na instituição, que se volta mais para apoiar a História do que a Administração, o que irá representar um distanciamento dos arquivistas das atividades que geram arquivos (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 46).

Com a intensificação do uso desses acervos surgem as primeiras salas de consulta pública, no intuito de dar acesso às pesquisas e às atividades administrativas (SILVA *et al.*, 2002, p. 102). Essa situação, descortinada nas primeiras décadas do século XX, permite identificar arquivos públicos de diferentes proporções e diversos tipos, ao mesmo tempo em que se observa a intensificação e dispersão dos conjuntos em vários espaços (SILVA *et al.*, 2002, p. 123). Essas mudanças teórico-metodológicas promovidas na abordagem arquivística na organização do arquivo corrente e do permanente na consolidação do arquivo intermediário, introduzido no campo disciplinar da Arquivologia através da teoria das “três idades”⁵. A figura do arquivo intermédio, surgida por razões de ordem prática e técnica, passou a responder por uma função própria. Para Moreno (2004, p. 88), ele representou o entendimento da concepção de gestão integral do documento arquivístico, arraigada e intrínseca, qual seja: desde a origem de sua produção até sua conservação definitiva nos arquivos permanentes.

De fato, a criação dos depósitos intermediários rompeu com a prática de tramitação e guarda dos arquivos mantidas até então. Isto criou um fluxo encadeado. A sistematização dos procedimentos de guarda e destinação, de certo modo, favoreceu o distanciamento entre os arquivos históricos (*archive*) e os arquivos administrativos (*records*), como se tratasse de duas realidades diversas: os primeiros, a serviço da História e da Cultura, os segundos a serviço das administrações (SCHELLENBERG, 1974). Isso foi em parte coberto pelo arquivo intermediário, embora este cenário ainda hoje (2020) exista. Uma das razões para esta permanência se refere às exigências diferenciadas de técnicas e métodos de trabalho, que resultam em profissionais com vocações distintas.

Como é possível observar, as ações de preservação empreendidas tiveram seus prós e contras no que se refere à conservação: se por um lado promoveram a reunião e proteção de conjuntos documentais, por outro lado possibilitaram alguma perda, por razões de suscetibilidade dos materiais, armazenamento em ambientes inadequados, dissociação dos conjuntos ou por acumulação sem método. Os grandes incêndios e as

⁵ Representa uma importante ferramenta de origem metodológica para o controle da circulação, acumulação e destinação dos documentos do início de sua produção até sua fase final de vida, quando se decide por sua eliminação ou permanência (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 359).



pragas tiveram sua parcela de efeito, do mesmo modo que a impossibilidade de leitura dos documentos em letra antiga ou em tinta corrosiva fizeram com que eles fossem considerados inúteis ou relegados ao descuido. Como consequência das incorporações de novos suportes e tecnologias de reprodução surgem os problemas de conservação, que não mais são solucionados pela reprodução, transcrição ou reparo. Fez-se urgente, pois, a necessidade de uma seleção adequada do que deveria ser preservado ou eliminado e do que precisava ser tratado, conservado e restaurado.

No aspecto relativo às preocupações de conservação se verifica que as primeiras iniciativas surgem na Alemanha (CASANOVA, 1928, p. 79) ainda no século XVIII. Estas tiveram como propósito estabelecer uma regulamentação para a melhoria da qualidade de produção do papel, que passou a ser tema de estudos pela indústria papelreira naquela ocasião (devido ao aumento da demanda e à falta de matéria-prima).

O manual de Casanova (1928) informa que em 28 de maio de 1888 foi publicada na Prússia a primeira instrução governamental sobre o uso de critérios para escolha de papéis apropriados para a produção de documentos. A instrução prussiana distinguiu duas classes de papéis para uso na confecção de documentos de caráter permanente: a primeira, referente à composição da massa (materiais), e a segunda, à concentração de elementos (quantidade na composição). A partir delas se qualificava o papel para adoção ou não pelo governo (CASANOVA, 1928, p. 83). Assim o tema da qualidade do papel, naquele país, teve uma aproximação com as práticas de classificação e destinação dos documentos. Segundo Casanova (1928), foi proposto prescrever a escolha de papéis com características de permanência como fator de auxílio na predefinição de documentos a serem eliminados ou conservados, tendo isso ocorrido na Prússia e na França.

Sob o aspecto da eliminação e descarte de documentos, Jenkinson (1922, p. 118) assinala que até 1840 não havia uma crítica sobre a destruição de documentos, porque as necessidades de preservação tinham um propósito muito prático, relacionado com maior ênfase ao uso administrativo e aos problemas de conservação (por ex.: insetos, e tintas corrosivas). Por certo, é possível observar que no manual dos arquivistas holandeses os primeiros critérios descritos de avaliação se relacionam com o fato dos documentos preservados serem originais de “natureza formal”, diga-se, oficial (os quais jamais deveriam ser destruídos) ou com à ideia de antiguidade⁶,

⁶ A noção de antiguidade aqui citada se refere a uma data limite no passado até a qual todo documento é considerado como de guarda permanente.



acrescentando, entretanto, que qualquer documento somente poderia ser descartado se houvesse um parecer de peritos (MANUAL, 1973, p. 74 e 75).

O tema da eliminação de documentos tem destaque em outras obras de referência. No texto de Jenkinson (1922, p. 115) e igualmente de Schellenberg (1974, p. 113) é informado que, na Inglaterra, a regulamentação sobre a seleção de documentos públicos para guarda permanente ocorreu com a publicação do *Public Record Act*, em 1877. Schellenberg (1980, p. 113) complementa, contudo, que essa lei inglesa inicialmente conferiu apenas ao Arquivista-Mor a responsabilidade de formulação das regras de descarte e eliminação dos documentos depositados no *Public Record Office* – PRO. Este autor descreve ainda que nos Estados Unidos a regulamentação sobre o descarte de documentos foi instituída por lei elaborada pelo Congresso americano em 16 de fevereiro de 1899. Nela se previa a eliminação por meio do preparo de listas de descarte (SCHELLENBERG 1974, p. 114). Entretanto, naquele país as normativas e técnicas de auxílio à decisão quanto à destinação de documentos públicos se consolidaram apenas em 1943, com a publicação da *Record Disposal Act* (SCHELLENBERG, 1974, 115; 1980, 105-106).

Casanova (1928, p. 113) afirma que na Itália a regulamentação da eliminação de documentos, cuja conservação era considerada inútil, ocorreu na primeira década do século XX, utilizando-se para isso de princípios regulados pelo Estado através de leis nacionais e a critério da Comissão Central de Descarte. Na França foram os arquivistas que decidiram sobre a eliminação ou permanência de documentos nos arquivos, também se apoiando em leis específicas. E na Alemanha, os primeiros princípios de avaliação foram estabelecidos pelo Arquivo Privado do Estado da Prússia, em 1901 (SCHELLENBERG, 1974, p. 156), os quais se definiam a partir de debates nos encontros anuais de classe dos profissionais arquivistas (SILVA *et al.*, 2002, p. 130). Assim, é possível afirmar que nas primeiras décadas do século XX ainda haviam diferentes normativas de seleção, avaliação e descarte para os documentos arquivísticos, sendo elas igualmente subjetivas, posto que dependiam meramente de critérios de classe e do zelo dos profissionais que se encarregavam ou eram nomeados para tais tarefas, especialmente para aqueles documentos referidos como de caráter histórico⁷.

Na segunda metade do século XX surgem novos formatos e tipos de documentos e se alarga o uso de distintos meios de reprodução, visando o acesso e a

⁷ Sobre esta afirmação, verificar as observações de Rousseau e Couture (1998, p. 157).



preservação. O impacto das novas formas de produção e reprodução de documentos criou um paradigma nos arquivos que é chamado por alguns autores de “explosão documental” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 112). Esses novos suportes utilizados foram mais claramente associados aos sistemas de tratamento da informação e também direcionados notadamente ao “recurso” da pesquisa e do acesso (WYTHE, 2010). Tal circunstância foi favorecida, inicialmente nos Estados Unidos e depois em inúmeros países, pela nova abordagem implementada já mencionada, qual seja: a teoria das três idades, incluída aí a chamada *records management*⁸. E seu desdobramento igualmente se efetivará no campo da conservação-restauração de documentos até o final daquele século, mais nos princípios e práticas da área e menos na teoria, cuja mudança ocorre apenas na virada para o século XXI.

As práticas da conservação de documentos nos arquivos

Reafirma-se aqui que as mudanças na Arquivística influenciaram as abordagens relativas à conservação de documentos. Para ratificar a apropriação e manutenção desta prática no universo dos arquivos, recorre-se à análise de alguns manuais e livros de referência da área da Arquivologia – são dois manuais e dois livros que, apesar de não serem manuais, são referidos como tal, a saber: o *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven* (Manual de Descrição e Arranjo de Arquivos⁹) de Sammel Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado em 1898; o *A Manual of Archive Administration* de Hilary Jenkinson, publicado em 1922; o livro *Arquivística* de Eugenio Casanova, publicado em 1928; e o livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*¹⁰ de Theodoro R. Schellenberg, publicado em 1956. Estas publicações possibilitam traçar um quadro das iniciativas de preservação do patrimônio arquivístico, que têm relação com o que se identifica como aspectos da conservação preventiva ou da restauração de documentos, como se poderá verificar.

A partir do final do século XIX começam os debates em nível internacional¹¹ sobre vários aspectos do “fazer” arquivístico, tratando de legislações sobre eliminação, intervenções de reparo e da formação dos profissionais das diferentes especialidades.

⁸ Este termo define o modo de gestão que se direciona ao tratamento e estudo dos documentos de uso corrente, isto é, aqueles que se encontram ainda na fase de produção, circulação e guarda pelos setores produtores (SCHELLENBERG, 1974, p. 51).

⁹ Tradução em língua portuguesa publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil em 1973.

¹⁰ Neste estudo foram utilizadas as triagens de edições brasileiras de 1974 e 2006.

¹¹ Em 1899, por exemplo, é realizado o primeiro Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, em Dresden, Alemanha.



Pouco mais de um século depois da França institucionalizar o patrimônio (e com isto reconhecer os arquivos como parte deste), se realizou em 30 de setembro de 1898, na Abadia de San Gallo (Suíça), a primeira Conferência Internacional sobre Conservação e Restauração de Manuscritos, um marco nas iniciativas de promoção do tema da conservação em arquivos e bibliotecas. A Conferência de San Gallo, como ficou conhecida, trouxe para o debate as reflexões do Cardeal Franz Ehrle sobre o estado de conservação de muitos documentos danificados por tintas ácidas e sobre o uso de procedimentos interventivos danosos para “reavivar” escritas esmaecidas (BELTRAME, 2000, p. 21). Entre os argumentos motivadores do evento foram apresentados: a necessidade de estudos sobre os agentes patológicos dos acervos, a sensibilização dos responsáveis pelos acervos para o problema da degradação, a restauração com métodos perigosos e outras discussões em torno de técnicas de tratamento. Estavam presentes dezoito representantes de treze países, e foi a primeira vez que se introduziu o tema da necessidade de uma abordagem científica e interdisciplinar para a conservação de documentos (BELTRAME, 2000, p. 23).

No I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas em 1910, sob a presidência de Samuel Muller, foram discutidos temas como: a necessidade de legislação, a construção de depósitos resistentes, os problemas de conservação e restauração inadequadas, a preparação de inventários para acesso aos arquivos e a educação profissional (CONGRES, 1912). É possível notar o quanto esses assuntos permeavam as preocupações em diferentes países. Por certo, de forma implícita ou explícita, as regulamentações e orientações publicadas nos textos do início do século XX, que abordam os princípios básicos envolvidos na preservação e na conservação de acervos arquivísticos, foram resultados de um trabalho de compilação, pelos arquivistas, de procedimentos e métodos, mas também de produção científica efetiva, visando responder às demandas de acesso e uso dos arquivos administrativos e históricos.

O surgimento desses debates e publicações especializadas incluindo o tema da conservação sob inúmeras formas foi determinante para a inserção da preservação como um aspecto da gestão arquivística sob responsabilidade dos profissionais da área, assim como o foram nas bibliotecas e museus. Muitas das preocupações identificadas foram incorporadas aos primeiros manuais publicados. No caso dos arquivos, entretanto, se observa que já havia uma nítida separação entre as ações de responsabilidade dos arquivistas, daquelas mencionadas como de responsabilidade de profissionais



especializados, geralmente denominados conservadores (CASANOVA, 1928). Para estes últimos podem ser mencionadas as intervenções diretas no documento e o uso de produtos químicos para controle de pragas.

As informações pontuadas acima permeiam um contexto mais amplo de tomada de consciência da responsabilidade dos profissionais de diferentes áreas dentro de um quadro mais geral de profissionalização, que se constitui na primeira metade do século XX, no sentido da individualização profissional e sua hierarquização. Ainda que não claramente apresentada sob a forma como é entendida hoje (2020), essa mudança no sentido da concepção de uma percepção autônoma da Arquivística trouxe embutida uma abordagem mais estruturada para a gestão do acervo, não só de método, mas também das práticas de conservação, visto que estas pressupõem a estruturação de políticas e programas. Verifica-se que sua caracterização se encontrava embrionária, especialmente quando consideradas as proposições temáticas dos eventos mencionados e assuntos incluídos nos manuais de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928), como apresentado neste artigo.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) novos rumos são estabelecidos nos trabalhos de conservação, os quais exigiram outras posturas quanto à proteção e salvaguarda dos acervos e quanto à inserção dos métodos científicos na abordagem aos documentos. Segundo Kathpalia (1973, p. 19), entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial a disseminação de uma consciência dos problemas de conservação resultou em pesquisas e cooperação entre diferentes instituições e indivíduos, que possibilitaram desenvolver naquela época novos processos e técnicas de trabalho na Inglaterra, Estados Unidos, Itália, França, Rússia, Suécia, Alemanha e Índia. No campo disciplinar arquivístico, como anteriormente mencionado, ocorre a produção dos primeiros textos e manuais, onde são reunidos os princípios e práticas arquivísticas, os quais chamam atenção para o papel exercido pelos arquivos na construção da identidade e memória e na garantia de autenticidade para história. A partir disso se pode observar os argumentos e justificativas que promovem o “saber preservar”.

Foi Jenkinson (1922) o primeiro a apresentar temas de conservação em um manual arquivístico, tendo ele feito uma descrição bastante completa sobre muitos aspectos envolvidos na preservação como, por exemplo, as condições necessárias aos edifícios para alcance da salvaguarda de documentos. Este autor escreveu sobre a importância de se definir e seguir recomendações quanto à garantia de solidez da construção e de seu isolamento de outros imóveis próximos (JENKINSON, 1922, p.



47). Essa última preocupação, escreveu o autor, responderia aos problemas de segurança contra sinistros, principalmente incêndios, que tornava importante o provimento de equipamentos de combate e alarmes e de comunicação telefônica com o corpo de bombeiros bem como a realização de treinamentos e simulações com a equipe (JENKINSON, 1922, p. 47). O autor tratou também do tema da acessibilidade e da disposição adequada das áreas de serviço, que deveriam se refletir na segurança dos documentos e na diminuição de sua circulação, numa clara preocupação com a funcionalidade da edificação (JENKINSON, 1922, p. 48).

Voltado para as condições do ambiente, o tema da qualidade do ar também foi abordado como premissa para a melhor conservação do acervo. Jenkinson (1922, p. 47-48) descreve que a intensidade de iluminação seria prejudicial às encadernações de couro expostas e que o dano referente à sujeira diferiria em intensidade conforme a situação de manutenção do depósito, sendo menor se os documentos estivessem acondicionados. Ao tratar deste mesmo tema, seis anos depois, Casanova (1928, p. 34-36) abordou mais detalhadamente as preocupações que se deveria ter com a construção de edifícios, direcionando o foco para orientações sobre a observação das condições do solo e do subsolo, do relevo e disposição da construção (em função dos ventos e da iluminação). Explicou que esta atenção deveria ser dada pelo enorme peso relativo aos papéis compactados.

Verifica-se, assim, que apesar de a construção e de as condições do ambiente não serem responsabilidade direta do profissional de arquivo, este deveria estar ciente dessas necessidades, a fim de requerer o cumprimento das exigências de adequação da edificação. A respeito destes aspectos Casanova (1928, p. 37-42) faz menção também à necessidade de preocupação quanto ao acesso e ligação entre as áreas de serviço e depósito e as de público, explicitando sua relação com questões de segurança, ao mesmo tempo em que assinala o equilíbrio dos espaços para as diferentes funções, em consonância com as recomendações de Jenkinson (1922). Contudo, Casanova (1928, p. 43 e 44) acrescenta dois itens específicos em seu manual: o ar e a iluminação, onde discorre sobre a importância de a construção ter ambientes bem ventilados e iluminados. Chamou atenção para situações que deveriam ser evitadas e outras que deveriam ser providas, tais como: o aproveitamento da luz natural difusa, o uso de claraboias e iluminação elétrica de complementação.

O tema da melhoria de condições ambientais dos espaços construídos foi tratado no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, realizado em



novembro de 1933, em Atenas, e veio ao encontro dessa abordagem explicitada pelos profissionais de arquivo, neste caso, a preocupação com a construção e adequação de espaços urbanos (COLETÂNEA, 2006, p. 21). Apesar da *Carta de Atenas* ser vista como um marco no tratamento do urbanismo, sob um olhar mais atento se observa que estas mesmas inquietudes podem ser relacionadas à perspectiva de conservação dos inúmeros patrimônios culturais sob a guarda das instituições-memória, da qual não se exclui o arquivo. Como mencionado acima, Jenkinson (1922) já havia pautado recomendações sobre condições ambientais, e no manual de Casanova, no capítulo sobre Archiveconomia, é possível encontrar outras advertências relativas à luz e ao ar:

Tal como acontece com todo ser humano, até mesmo documentos precisam de ar e luz. [...] a entrada de ar e, em seguida, a ventilação [são] muito necessárias ao local do arquivo por remover o ar velho e a condensação de vapor de água que penetra a partir das paredes, e, em seguida, o perigo de um fungo e deterioração do mobiliário. (CASANOVA, 1928, p. 43 – tradução nossa).

Assim, a ausência de condições adequadas de aeração e iluminação natural vai causar mal-estar e doenças nos habitantes, do mesmo modo que nos arquivos a ausência de insolação e ventilação vai favorecer o aparecimento de agentes biológicos daninhos e a degradação por efeitos químicos. É particularmente interessante identificar como estas constatações pelos profissionais de Arquitetura podem ter influenciado a melhoria do ambiente dos arquivos em períodos anteriores e posteriores às recomendações (cf. expõe RIBEIRO, 1998; BANDEIRA, 1995). Chama-se aqui atenção para o fato de que o texto do Congresso de Atenas sobre urbanismo (1933) foi produzido cinco anos depois do livro de Casanova (1928).

No que se refere ao tema dos agentes de deterioração biológica, é possível apontar que Casanova (1928) tratou do problema dos insetos e microrganismos de forma mais explícita do que Jenkinson (1922). Nota-se inclusive uma quase ausência do tema neste último autor. Para o primeiro, o foco das preocupações eram as pragas, as quais dividiu em duas classes: flora e fauna, cujos tratamentos de eliminação poderiam aplicar-se por meio mecânico (limpeza), biológico (predadores), físico (aquecimento ou resfriamento) e químico (uso de produtos aromáticos, irritantes e tóxicos) (CASANOVA, 1928, p. 72-77). Esse autor fez ainda recomendações sobre a higienização e manutenção dos espaços e mobiliários como forma de prevenir problemas de preservação, citando a necessidade de se ter uma área de recepção destinada exclusivamente aos arquivos recém recolhidos.



O problema dos agentes biológicos, como os insetos biodeterioradores de papel, é observado como um dos que acompanham a trajetória da custódia de documentos arquivísticos ao longo dos séculos. Tendo esta afirmação como referência, é sintomático questionar a falta de alguma nota sob este tema no manual de Jenkinson (1922) deixando a possibilidade para exploração e aprofundamento futuro sobre as razões que o levaram a isso. Por outro lado, é possível reconhecer que Casanova (1928) não só incluiu informações sobre dois tipos de agentes patológicos de deterioração, como também descreveu as possibilidades de tratamento, indicando suas vantagens e desvantagens. Conclui-se que o autor possuía (e sugeria que o profissional de arquivo deveria ter) esclarecimentos específicos de conservação, embora não atuasse na referida área.

As orientações de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928) não se limitaram aos aspectos referentes ao ambiente e edifício, foram dirigidas também ao uso do acervo. Estes autores descreveram o homem como um agente de deterioração pelo descuido no manuseio e uso, e em função de sua negligência aos aspectos da segurança, às boas práticas de reprodução e às perdas por dissociação de documentos. Observa-se que a abordagem de Jenkinson (1922) tem um direcionamento mais contundente de indicar que essas preocupações deveriam estar incorporadas às responsabilidades do profissional encarregado pelos documentos arquivísticos. Já Casanova (1928) apresenta esses aspectos como informações, descrevendo-os na forma de recomendações a serem seguidas.

Nos manuais de Jenkinson (1922), Casanova (1928) e no de Schellenberg (1974), bem como no manual dos arquivistas holandeses (MANUAL, 1973), o tema da armazenagem e do acondicionamento como fator da conservação é observado com forte presença, refletindo o contexto identificado nas publicações, conferências e congressos da área de preservação de arquivos e bibliotecas por todo o século XX. No item que tratou dos invólucros Jenkinson (1922, p. 50 e 51) descreveu a confecção de algumas embalagens, sugerindo utilização de cartões robustos e a padronização do tamanho e de formatos, para que pudessem ser produzidas em grandes quantidades. Casanova (1928, p. 48-57), por seu lado, se dedicou mais a descrever sobre a qualidade e tipos de mobiliários de armazenagem, especialmente às estantes, sendo muito detalhista. No manual de Schellenberg de 1956 (1974, p. 201), o assunto do armazenamento e acondicionamento é pouco explorado, tendo o autor feito apenas algumas recomendações sobre características relativas a equipamentos para depósito, tais como a



adoção de mobiliário específico, que fosse conversível, permitisse flexibilidade de uso e protegesse os documentos. Porém em outro livro, publicado também na década de 1950¹², intitulado ‘*Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*’, Schellenberg (1980, p. 172) abordou esse tema com mais cuidado, considerando que o acondicionamento teria a função de proteção física dos documentos, ou seja, apartá-los dos agentes agressores que lhes diminuam o tempo de vida. Neste sentido, o autor definiu o invólucro como uma barreira, chamando atenção para sua importância e, como consequência, necessária qualidade.

Observa-se que Muller, Feith e Fruin (MANUAL, 1973, p. 64) haviam feito uma estreita relação entre os sistemas de guarda e o arranjo dos arquivos, cuja estrutura era e vinha sendo definida pelas necessidades de proteção e acesso dos documentos. Os autores holandeses sugeriram a prática da encadernação e a utilização de mobiliários do tipo escaninho, armários fechados e gavetas como formas de proteção, organização e guarda que respeitariam o formato dos documentos (MANUAL, 1973, p. 64). Jenkinson (1922, p. 50) fez semelhante afirmação, considerando a inter-relação do arranjo com o acondicionamento; por outro lado, apontou a dificuldade de se conciliar a proteção com a necessidade de aeração dos documentos, o que era de fundamental aspecto para ele.

Ao tratar da encadernação como prática de proteção, Jenkinson (1922, p. 52) mostrou concordância com os autores holandeses, sendo esta assertiva compartilhada também por Casanova (1928, p. 86) quando este autor afirmou que, durante anos, a encadernação foi vista como um cuidado especial de preservação de atos importantes, e que muitos papéis avulsos foram considerados menos necessários por não estarem encadernados. A isso Schellenberg (1980, p.175) informa que foi no século XIX que a encadernação recebeu a atribuição de elemento de proteção. Entretanto, para este autor as vantagens desta proteção eram ilusórias, visto que caixas podiam garanti-la, talvez até mais, pois seriam mais eficientes no que se refere a amortizar os efeitos prejudiciais do calor, umidade e poluição atmosférica (SCHELLENBERG, 1980, p. 175).

A partir desta revisão, argumenta-se que os manuais já mostram o momento embrionário de introdução dos princípios da conservação preventiva de documentos arquivísticos, e que os autores se mantinham na vanguarda desse movimento dentro de sua área (JENKINSON, 1922; CASANOVA, 1928; SCHELLENBERG, 1974). Nas referências apresentadas são reconhecidos aspectos da gestão de conservação, que

¹² Do original *Public and Private Records: their arrangement and description*; neste estudo, utilizada a segunda edição publicada no Brasil, em 1980.



podem ser verificados pela inclusão de temas como: requisitos para construção de edifícios de arquivo e armazenagem de documentos, menção aos métodos e produtos de desinfestação de acervos, e orientações sobre a atenção e escolha de materiais de qualidade para uso na produção e guarda de documentos arquivísticos de importância administrativa e histórica.

É importante notar que algumas orientações e informações não caducaram, se apresentando como práticas atuais em ações de preservação e conservação preventiva descritas em manuais e obras de referência para arquivistas, que foram editados a partir segunda metade do século XX¹³. E, ao nos distanciarmos das recomendações propriamente ditas e analisarmos o conteúdo de tais relatos, é possível verificar que há nos manuais uma preocupação quanto à prospecção (a sua época) de procedimentos e normativas de âmbito científico, observada pelas referências de artigos sobre fenômenos de degradação, como por exemplo em Jenkinson (1922) páginas 59, 62, 136, em Casanova (1928) páginas 71,72, 80, 81, 90, e em Schellenberg (1974) páginas 203, 205.

Nos textos de Schellenberg (1974; 1980), a afirmação acima pode ser ratificada quando o autor informa que nos Estados Unidos os primeiros estudos sobre os agentes externos e internos de deterioração surgem em 1931, a partir da constatação da precariedade de conservação das principais bibliotecas daquele país pelo *National Bureau Standards* – NBS (EUA). Outra menção é sobre o relatório do mesmo órgão, publicado em 1937, que identificava como elemento de degradação a poluição atmosférica e a umidade e temperatura desfavoráveis, e recomendava providências de acomodação apropriada e de limpeza dos documentos e espaços (SCHELLENBERG, 1974, p. 200 e 202). Esse autor se refere também aos métodos de intervenção de laminação adotados por algumas instituições americanas, como a Biblioteca do Congresso. Contudo, coloca que o *Public Record Office* (Inglaterra) questionava a garantia de permanência dos materiais e procedimentos utilizados – notadamente o tratamento de velatura.

Recomendações internacionais e o rumo ao patrimônio documental

¹³ No âmbito internacional podem ser citados: os estudos do RAMP/UNESCO (1970-1980); o manual *La pratique archivistique française* (FAVIER; NEIRINCK, 1993) e, no Brasil, as Recomendações para a Construção de Arquivos (CONSELHO, 2000).



Fato é que, entre as décadas de 1920 e 1930, se estabeleceu um novo marco na trajetória de valorização dos documentos arquivísticos. A Sociedade das Nações¹⁴, por meio da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual¹⁵, cria em 1928 um Comitê Consultivo de Especialistas em Arquivos, embrião do que posteriormente se tornaria o Conselho Internacional de Arquivos – CIA. Sob a presidência de Eugênio Casanova, esse órgão teve como principal ação realizar um estudo sobre a terminologia utilizada pelos arquivos, visando uma unificação e equivalência para publicação de um léxico (SILVA *et al*, 2002, p. 128).

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) eclode, levando devastações maiores aos países. Sociedades e grupos, refletindo sobre as perdas generalizadas, aderem ao conceito de patrimônio universal e consolidam ações de manutenção dos órgãos internacionais de representação como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO¹⁶ e, posteriormente, as entidades específicas como o Conselho Internacional de Museus – ICOM¹⁷, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA, Federação Internacional de Bibliotecas Associadas – IFLA e o Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM¹⁸. O movimento se espalha pelos países Latino-Americanos, influenciando nas políticas de proteção do patrimônio cultural. Essas instituições internacionais começam a promover recomendações globalizantes e padronizadas, tendo grande papel no debate e formulação de políticas de proteção e na ética da preservação do patrimônio dos diferentes países.

Assim, a partir da década de 1950 assiste-se à disseminação de ações preservacionistas, tanto por parte dos diferentes profissionais de campos autônomos do patrimônio como de cientistas de diversas áreas de atuação, que se debruçaram sobre os problemas de degradação de materiais e sobre a ação dos agentes agressores. A partir de então, a temática da conservação é globalizada, especialmente na crescente realização de eventos internacionais, na publicação de livros e revistas especializadas e nos

¹⁴ Criada em junho de 1919, foi precursora da Organização das Nações Unidas – ONU, criada em 1945.

¹⁵ Instituída em 1921, foi precursora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

¹⁶ Instituída em 1945 com o término da guerra. Apenas em 1946 começa a funcionar através da assinatura da Constituição pelos países-membros fundadores.

¹⁷ Criado em 1946 para atividades de: cooperação e intercâmbio profissional; difusão de conhecimentos; aumento da participação do público em museus; formação de pessoal; prática e promoção de ética profissional; atualização de padrões profissionais; preservação do patrimônio mundial; e combate ao tráfico de bens culturais (fonte: www.icom.org).

¹⁸ É uma organização não-governamental vinculada a UNESCO e criada em 1956 com o propósito de estudar e aperfeiçoar os métodos de restauração do patrimônio cultural (fonte: www.iccom.org).



movimentos de migração temporária de profissionais, dos países onde não havia formação para aqueles com formação e pesquisa mais consolidadas. A título de exemplo, se menciona que após o 2º Congresso Internacional de Arquivos realizado em 1953 surgem na França e na Alemanha iniciativas de reforma nos processos de organização, classificação e, mesmo, conservação dos documentos arquivísticos, que buscavam implementar uma ação mais racionalista e de referência para uniformizações em nível internacional. Nesse evento se reforçaram os debates para criação de diretrizes para enfrentamento de problemas comuns ao patrimônio arquivístico nos vários países-membros, especialmente os relacionados ao tratamento de grandes massas documentais acumuladas e às apropriações de acervos ocorridas por toda a Europa nos períodos de guerra e nas expedições (DUCHEIN, 1953).

Em 1956, como parte das políticas internacionais, o tema das descobertas de objetos arqueológicos e a necessidade de se regulamentar o comércio e a evasão de antiguidades foi debatido na 9ª Conferência Geral das Nações Unidas (COLETÂNEA, 2006, p. 69). O documento que ficou conhecido como Recomendação de Nova Delhi trouxe uma reflexão sobre as ações empreendidas para incorporação de espólios de guerra e conquistas, ocorrida em muitos países durante a formação das nações e as grandes guerras. Incluiu também ponderações sobre as expedições de pesquisa e exploração de campo ocorridas por todo o século XVIII e primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o tráfico ilegal de objetos e documentos¹⁹ (COLETÂNEA, 2006, p. 69). A situação era delicada e o tema foi tratado em eventos e questionamentos na UNESCO e na ONU, sendo até os dias atuais um assunto polêmico e de difícil complexidade. No campo dos arquivos se observam reflexos na legislação dos países membros, através de normativas específicas contra a evasão de documentos e obras bibliográficas de valor cultural ou excepcional²⁰.

A conjuntura de 1960 com a explosão e extrema valorização do patrimônio cultural e a enchente do Rio Arno em Veneza acarretou a constatação da insuficiência de recursos técnicos e humanos para a recuperação de enormes quantidades de documentos danificados nos arquivos e bibliotecas (ZUÑIGA, 2005, p. 40 e 41; HÓLLOS, 2006, p. 35; BECK, 2006). Nesse cenário, a conservação passou a ser vista sob duas vertentes: a reparadora ou curativa (associada à restauração), e a preventiva,

¹⁹ Podgorny escreveu um artigo interessante sobre a circulação de manuscritos ibero-americanos na primeira metade do século XIX no qual trata deste tema (2011, p. 47-60).

²⁰ No Brasil são exemplos a Lei 4.845 de 19 de novembro de 1965 e a Lei 5.471, de 9 de julho de 1968.



que abarca a administração da preservação e a conservação preventiva²¹ propriamente dita.

Em 1964 o conceito de patrimônio cultural é ampliado no texto da Recomendação de Paris (COLETÂNEA, 2006, p. 97), fruto da 13ª Conferência Geral da UNESCO, conhecida como Conferência de Paris. Esse documento definiu o que são bens culturais, considerando estes um elemento importante à compreensão e aprendizado sobre um povo. Pela primeira vez em uma recomendação da UNESCO os arquivos e bibliotecas foram explicitamente incluídos como constituintes do patrimônio cultural. Entretanto, se observa que esses acervos são qualificados tendo por critério a importância. Assim, ao final da década de 1960, não é todo arquivo e toda biblioteca que se entende como patrimônio cultural, mas aqueles que se justificam pelo seu valor, sendo este a excepcionalidade (COLETÂNEA, 2006, p. 98). Além das ideias iluministas e ocidentais, no documento mencionado se legitima o modelo hierárquico de preservação, isto é, aquele que reconhece a existência de acervos que devam ser valorados e outros que não têm importância que justifique a sua preservação (COLETÂNEA, 2006, p. 98). Esse modelo reflete a ideia de estruturação dos valores em alto, médio ou baixo na priorização e tomada de decisão em ações de conservação-restauração. Também irá converter-se na hierarquia das esferas de representação de âmbito local, regional, nacional e mundial. Esta última perspectiva, será apropriada pelo Programa Memória do Mundo, da UNESCO.

De outra parte, as atenções voltam-se também, de uma forma mais caracterizada e integrada, aos espaços (edifícios e salas) como invólucro de proteção, a partir dos estudos sobre a climatização de áreas de guarda e seu impacto na longevidade do acervo. Notadamente aumenta em número a literatura de referência dirigida aos acervos arquivísticos, especialmente a publicada entre as décadas de 1970 e 1990. No campo da conservação, elas foram incorporadas, igualmente, nos estudos relativos a museus, como o livro de Gary Thompson, *The Museum Environment*, de 1978. A partir desse período o foco recai sobre o comportamento dos materiais em diferentes temperaturas e umidades, o efeito cumulativo da luz e dos poluentes e a identificação dos processos de degradação dos materiais de suporte e tintas, determinados mais por bases científicas oriundas de diferentes especialidades, e não por observações empíricas e genéricas que caracterizam o final do século XIX e início do XX (VALLE, 1991).

²¹ Atualmente o termo ‘conservação preventiva’ tem seu uso consolidado, sendo mantido e reafirmado na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC realizada em Nova Delhi, em 2008 (TERMINOLOGY, 2008).



As discussões no universo da salvaguarda do patrimônio cultural agregam dois importantes aspectos referentes à participação e ao diálogo com o público nas políticas que envolvem a proteção: 1) o uso e as intervenções sobre o patrimônio cultural, e 2) a noção de conservação integrada. Estes se mostram refletidos na Declaração de Amsterdã, de 1975 (COLETÂNEA, 2006, p. 199). Segundo o documento, a participação da sociedade deveria ser considerada a fim de garantir ações de preservação e proteção adequadas, o que trouxe para o foco as complexas relações que se instauram a partir de meados do século XX e início do século XXI. Tais relações são o que Atkinson (2000, p. 25) descreve como um problema do final do século XX: que os valores utilizados nas decisões de preservação estão permeados de uma rede altamente desenvolvida e abrangente de relativismo ético e epistemológico, de tolerância humanística. Por isso, as políticas de preservação têm sido cada vez mais dirigidas por um ideal de “inclusão”, relacionado à característica social do patrimônio, cujas recomendações e normativas buscam objetivar.

A partir de 1977 no âmbito da UNESCO se publicam os estudos do *Records and Archives Management Programme* – RAMP com o propósito de auxiliar os países em desenvolvimento a resolverem problemas na esfera da administração de acervos arquivísticos e bibliográficos. Esse programa se compunha de projetos e análises com o objetivo de apresentar e fornecer informações sobre os agentes de degradação bem como sobre os métodos, práticas e instrumentos para promoção das ações de preservação na esfera nacional dos países-membros. Propunha ainda fomentar a uniformização da capacitação e formação dos profissionais para o cuidado com o patrimônio documental. Durante os dez anos seguintes à criação do RAMP foram editados em torno de 150 textos²² produzidos por profissionais especializados de variados países. Essas publicações abrangeram desde o tratamento de arquivos pessoais e cartográficos até a restauração de documentos; desde o planejamento de formação em preservação e em conservação-restauração até a identificação das necessidades de organização de serviços especializados de reprodução do acervo.

Na década de 1980 a comunidade de conservadores de arquivos e bibliotecas dos Estados Unidos deram luz a novas preocupações: a constatação de que a maior parte dos documentos em suporte de papel nas Américas foi produzida sobre papel ácido, de curta duração (VALLE, 1991, p. 39; ZUÑIGA, 2005, p. 41 e 42). Beck avalia que esta

²² Os textos encontram-se listados e disponíveis em <https://unesdoc.unesco.org/>.



alarmante notícia “trouxe a constatação de que uma enorme quantidade de livros e documentos com informação essencial poderia se perder em curto período” (2006, p. 38). Por um lado, tal situação suscitou a pesquisa de métodos de tratamento em larga escala, denominados “desacidificação em massa” e, por outro, a promoção do microfilme (processo considerado mais estável) como estratégia de duplicação, especialmente dos documentos em papel jornal e dos produzidos a partir de 1850.

Em 1992 se observa o início dos primeiros estudos para o estabelecimento do Programa Memória do Mundo – PMM, nos mesmos moldes do Programa Patrimônio Mundial da Humanidade instituído em 1972 pela UNESCO. O PMM publicou as primeiras normativas em 1995 (EDMONDSON, 2002, p. 4), propondo cancelar o patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional; mantendo registros dele e lhe conferindo uma logomarca que o identifica (EDMONDSON, 2002, p. 5).

Entre os anos de 1990 e 2000, dentro do Conselho Internacional dos Arquivos – CIA pode se verificar a ênfase no tema de acesso à informação, com uma grande discussão sobre a necessidade de tratamento dos acervos acumulados, a criação de base de dados informacionais e a reprodução visando a difusão e o acesso. Por outra parte, se observa o início dos estudos que culminaram no Código de ética²³ do profissional de arquivo aprovado pelo Comitê Executivo do CIA no XIII Congresso Internacional de Arquivos realizado em Beijing em setembro de 1996. Termos como integridade, autenticidade, salvaguarda e conservação permeiam o documento, dando ênfase às responsabilidades dos profissionais quanto a essa garantia.

Na conjuntura do final século XX há a consolidação dos arquivos como espaços de exercício de cidadania e de memória, pelo qual ingressa formalmente no rol dos patrimônios culturais. No âmbito do CIA, outra importante iniciativa acontece na Assembleia Geral (realizada durante da 42ª Conferência da Mesa Redonda de Arquivos – CITRA) quando a instituição aprova e publica a Declaração Universal sobre os Arquivos, em 17 de setembro de 2010. Seu teor reconhece os arquivos com patrimônio único e insubstituível, e declara que “o livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida” (DECLARAÇÃO, 2010). Foi uma etapa importante no reconhecimento do seu papel junto à sociedade, porque ampliou e

²³ Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethicsPT.pdf.



redimensionou toda a sua trajetória, permitindo encontrar muitos indícios de que esta consolidação tem seu início nos ideais da Revolução Francesa. O fato é que a visão trazida por uma Arquivologia integrada de forma inter e multidisciplinar, mediante os cuidados e atenção com os aspectos da materialidade (documento-informação) e da imaterialidade (representação-contexto), possibilita a inclusão dos documentos de arquivo como patrimônio cultural. Neste sentido, o patrimônio arquivístico está contido no patrimônio documental, que está contido no patrimônio cultural.

Considerações finais

Segundo Schellenberg (1974, p. 37), as definições formuladas sobre o termo arquivo e a relação estabelecida deste com fatores concretos, que o autor caracteriza como material, e com fatores abstratos, que identifica como imaterial, já haviam sido apresentadas por teóricos como Muller, Feith, Fruin (MANUAL, 1973), Jenkinson (1922) e Casanova (1928). Mas, para Schellenberg (1974, p. 15) é no imaterial que se encontram os elementos essenciais de caracterização do arquivo. O autor se refere ao conteúdo e a representatividade do arquivo enquanto elemento definidor e identificador de símbolos, que irão interferir no seu processo de valorização, sendo o principal aporte utilizado para essa assertiva o fato de os arquivos refletirem o contexto.

Do mesmo modo, o reconhecimento dos documentos arquivísticos enquanto patrimônio documental e de sua conseqüente conservação dentro de ações criteriosas vão se construindo aos poucos a partir do final do século XIX, na medida em que a Conservação e a Arquivologia vão se afirmando como campos disciplinares autônomos, mas inter-relacionados. Contudo, essa inserção dos arquivos como patrimônio também sofre influência das políticas de proteção e ações reguladoras das práticas de manutenção e intervenção do patrimônio cultural, que se estabelecem ao longo do século XX, especialmente após a criação de organismos internacionais como a UNESCO e o CIA.

Ainda assim, é possível reconhecer que inúmeros documentos que chegaram aos dias atuais são resultado da falta de políticas, da ausência de avaliação e de iniciativas individualizadas de proteção. Desta maneira eles representam o que “sobreviveu”, por um lado, ao descaso e ao sinistro e, por outro lado, à legislação ou à conscientização de alguns poucos profissionais que, não concordando com as eliminações acríicas ou trabalhando dentro da legislação existente, preservaram os



conjuntos documentais que nos permitem conhecer o passado. Nas palavras de Lisboa, fazendo uma referência a Bourdieu:

Fala-se de descarte de documentos como se fosse um dado muito natural e esquece-se que, às vezes, somos conformados com o estabelecido e não fazemos uma reflexão mais profunda de nossas certezas. E, esquecemos que essas certezas são construções sociais do real, ou seja: “princípio coletivo da construção da realidade coletiva”. Princípio esse socialmente construído, sendo um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que nos foi inculcada por meio de um trabalho de socialização que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, contribuindo, desta forma, para criar a realidade que evocam (LISBOA, 2006, p. 83).

A autora direciona a atenção para aqueles documentos ditos administrativos, fazendo uma crítica a que sejam vistos apenas pelo aspecto jurídico-legal, e menos por uma abordagem histórico-cultural. Sugere assim uma reflexão sobre ‘o fazer’ dessa seleção nomeadamente apoiada somente em Tabelas de Temporalidade e Códigos de Classificação de Documentos de atividades, isto é, apenas considerando leis e procedimentos metodológicos, sem a realização de uma investigação e uma apreciação mais profunda (LISBOA, 2006). Deixamos aqui essa reflexão para os leitores.

Data de Submissão: 18/05/2020

Data de Aceite: 16/07/2020



Referências Bibliográficas

ATKINSON, R. W. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: HAZEN, Dan *et al.* **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p.17-29. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 33-36).

BANDEIRA, A. M. L. **Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação**. Lisboa: CEPAL: BAD, 1995.

BECK, I. **O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BELTRAME, R. Il restauro librario verso l'era moderna: la conferenza internazionale di san gallo del 1898. **Kermes**, Itália, ano XIII , n. 37, p. 15-21, genn./mar. 2000.

CAMARGO, A. M. A. *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CASANOVA, E. **Archivística**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928 . Livro digitalizado.

COLETÂNEA de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift. **Archivaria**. Ottawa, n. 43, p. 1-47, 1997. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/What-is-Past-is-Prologue%3A-A-History-of-Archival-and-Cook/a8865883750b1cda66ffba53e209ea696408246b>. Acesso em: maio de 2020.

CONGRES INTERNATIONAUX DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTECAIRES, 1910. Bruxelles. **Acts du [...]**. Bruxelles : Comission Permanente, 1912. Disponível em : <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910/page/n3/mode/2up> . Acesso em maio de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf. Acesso em maio de 2020.

DECLARAÇÃO Universal sobre os arquivos: declaração adotada na 36. Sessão da Conferência Geral da UNESCO. [S. L;]: International Council on Archives, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf . Acesso em: maio de 2020.

DUCHEIN, M. Proceedings of the Second International Congress on Archives. **Archivum**, v. 3, dec. 1953.

EDMONDSON, R. (org.). **Memoria del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental**. París: UNESCO, 2002. (CII-95/WS-11Rev.)

FAVIER, J.; NEIRINK, D. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39 e 594-606.

FLIEDER, F.; DUCHEIN, M. **Livros e documentos de arquivo: preservação e conservação**. Lisboa: ABAD, 1993.



GAGNON-ARGUIN, L. A história dos arquivos. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 20-53.

HÓLLOS, A. L. C. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

JENKINSON, H. **A Manual of archive administration**. Oxford: Clarendon, 1922. Livro digitalizado.

KATHPALIA, Y. P. **Conservation and restoration of archive materials**. Paris: UNESCO, 1973. (Documentation, libraries, and archives: studies and research, 3).

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.1, p. 95-106. (Memória-história).

LE GOFF, J. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984b. v.1, p. 11-49. (Memória-História).

LISBOA, A. G. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C & T. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2., 2005, Rio de Janeiro. *Anais do [...]*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 75-83.

MANUAL de Arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: maio de 2020.

MAROTTA, C. O. de A. **História das mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MORENO, A. V. El tempo de la Archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ver ciência da informação**, Brasília, v. 3, n. 3, p.76-96, set.-dez. 2004.

PODGORNY, I. Las rutas del saber: el tráfico de manuscritos iberoamericanos en la primera mitad del siglo XIX. In: LOPES, M. M.; HEIZER, A. (org.). **Coleccionismo, práticas de campo e representações**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 47-60.

RIBEIRO, C. F. A. **O acesso à informação nos arquivos**. Parte 1: o acesso à informação no quadro do desenvolvimento dos arquivos em Portugal. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística) –Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 1998.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, A. M. da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, v.1. p. 23-201. (Biblioteca das Ciências do Homem; Série Plural, 2).

TERMINOLOGY to characterize the conservation of intangible cultural heritage: resolution adopted by the ICCOM-CC membership at the 15th Triennial Conference.

New Delhi, 22-26 Sep., 2008. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/ceroart/2794?file=1> . Acesso em: maio de 2020.

VALLE, C. A. **Subsídios para uma política de preservação e conservação de acervos em bibliotecas universitárias brasileiras**. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

WYTHE, D. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA**, 1., 2009. São Paulo. São Paulo: MAC-USP, 2010. p. 28-59.

ZUÑIGA, S. S. G. de. **Documentos como objetos de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

